

Acerto de Contas

Dívida Pública
As contas públicas tiveram em maio o pior resultado do ano. Embora o Brasil tenha cumprido de janeiro a maio as metas fiscais acertadas com o FMI, a deterioração nos resultados inspira preocupação. O governo promete fechar o semestre com saldo, porque a CPMF voltou a ser cobrada em maio, com a alíquota de 0,38% reforçando a arrecadação.

É justamente este o motivo da preocupação do empresariado. Apesar da pouca transparência dos números divulgados pelo Banco Central – não há a explicitação de receita e despesa nos diversos orçamentos do setor público (União, estados, municípios e suas estatais) – percebe-se que as contas só vão bem quando ocorre um salto na arrecadação.

Em maio, apesar da CPMF voltar a ser cobrada no dia 17, houve perda de quase R\$ 1 bilhão no superávit primário do setor público, conceito que desconta o impacto dos juros e a desvalorização do real sobre as dívidas interna e externa, e o saldo ficou em R\$ 379 milhões.

O Banco Central justificou o fraco desempenho pelo resultado das empresas estatais. Nos quatro primeiros meses elas vinham acumulando saldos, mas em maio tiveram déficit de R\$ 262 milhões. Entre outros motivos, pelos altos custos dos empréstimos tomados pela Petrobras para financiar o gasoduto Bolívia-Brasil. Fora isso, a previdência social manteve a trajetória negativa, com déficit mensal de R\$ 651 milhões.

No conceito nominal, que contabiliza os juros e a variação cambial das dívidas externa e interna, o déficit continuou crescente: em abril, o acumulado nos últimos 12 meses tinha chegado a 12,07% do Produto Interno Bruto (PIB); em maio, saltou para 12,46%. A desvalorização de 3,8% do real encareceu as duas dívidas.

O país deverá conviver com a ameaça de oscilações cambiais até o fim do ano. Há turbulências à vista para a Argentina, com eleição marcada para outubro e a posse do sucessor de Carlos Menem em novembro, e para o Chile, com eleição presidencial em dezembro.

O Brasil conseguiu fazer razoável ajuste fiscal, do ponto de vista do alcance das metas, mas a qualidade deixa a desejar. As contas não apresentam até aqui substancial redução nos gastos do governo. Quase tudo o que foi obtido advém do sacrifício do setor privado, que sofre aumento brutal da carga tributária, além do tarifaço. O reajuste dos combustíveis deve ser encarado como esforço fiscal adicional do governo para retirar dos consumidores os recursos necessários a zerar o saldo negativo da conta-petróleo, até então bancado pela Petrobras, e que passou à responsabilidade do Tesouro pelo acordo com o FMI.

Como a redução de gastos tem sido insuficiente, qualquer interrupção no processo de queda das taxas de juros joga lenha na fogueira. De um lado, realimenta o déficit, anulando o sacrifício do setor privado. De outro, inibe a expansão do consumo e dos investimentos do setor privado, o que implicaria maior arrecadação.

A falta de decisão do governo em atacar os focos de déficit que dependem da aprovação das reformas pelo Congresso – previdência social, gastos com pessoal nos estados e municípios, Lei de Responsabilidade Fiscal, reforma tributária – diminui a confiança dos empresários, que lamentam a quase paralisação das privatizações. Sem a amortização dos recursos da privatização, a dívida pode crescer com velocidade ainda mais preocupante. A mudança do Ministério é a esperança de que agora o governo se disponha a agir para retomar a confiança.